



**Perspectivas feministas para a  
igualdade e autonomia das mulheres**



# **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**

São Paulo, 2012

sof

---

# Expediente

## **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres.**

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Trabalho e participação como instrumentos de construção de igualdade de gênero.

Convênio no 022/2009 – SPM/PR.

**Organização:** Renata Moreno

**Textos:** Bárbara Lopes, Léa Marques, Nalu Faria, Patrícia Pelatieri, Renata Moreno, Taís Viúdes

**Edição:** Bárbara Lopes

**Revisão:** Paula Zagotta

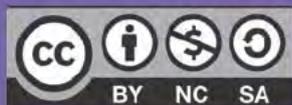
**Ilustrações:** Hozienne Reis

**Projeto gráfico e diagramação:** Denis Oliveira

**Fotos:** Carol Calef, Daniela Carrasco, Dave Miller, Elaine Campos, Fernanda Azevedo, Fernanda Estima, João Zinclair, Lene Privado, Marcos Aragão, Rafael Ferreira e Simone Bruno.

**Tiragem:** 4800 exemplares

**Impressão:** Fabracor



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição – Uso Não-Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.



**SOF Sempreviva Organização Feminista**

Rua Ministro Costa e Silva, 36.

Pinheiros, São Paulo/SP.

CEP 05417-080

fone/fax: (11) 38193876

[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

[sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

# Índice

Apresentação .....	5
Feminismo e Tranformação Social .....	6
Nalu Faria	
Galeria de Fotos .....	17
A Centralidade da Autonomia Econômica para as Mulheres .....	21
Renata Moreno e Taís Viudes	
A Luta por Creches e a Autonomia das Mulheres .....	29
Léa Marques e Renata Moreno	
O Direito das Mulheres à Previdência e a Construção da Igualdade .....	33
Patrícia Pelatieri e Bárbara Lopes	



## Apresentação

**A**utonomia e igualdade são princípios centrais da luta feminista que propõem uma transformação estrutural na sociedade, que alcance a vida de todas as mulheres. Esta publicação faz parte do compromisso da SOF com a construção de um feminismo não institucionalizado e militante, que tem a Marcha Mundial das Mulheres como principal expressão.

Os textos aqui reunidos tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, o texto *Feminismo e transformação social* sistematiza a nossa perspectiva feminista sobre como a opressão das mulheres se estrutura no atual sistema capitalista, que é também patriarcal e racista. Essa compreensão geral sobre a opressão atualiza a elaboração sobre os mecanismos machistas da sociedade de mercado, que aprofundou a divisão sexual do trabalho e, para que ela seja garantida, impõe um modelo de feminilidade baseado na subordinação das mulheres, no controle dos nossos corpos, sexualidade e comportamento. Situa assim, os desafios que o feminismo enfrenta nos dias de hoje, ao mesmo tempo em que apresenta os acúmulos da trajetória da Marcha Mundial das Mulheres na retomada de um campo feminista e anticapitalista no movimento social. As fotos apresentadas nesta publicação procuram apresentar nossas bandeiras e formas de organização e luta, sem pretender sintetizar toda a riqueza e diversidade que caracteri-

zam a MMM no Brasil. Esta é uma tarefa que permanece em nosso horizonte.

O segundo objetivo da publicação é reunir elementos que consideramos importantes para nossa luta por autonomia econômica, de forma a subsidiar nossos debates, elaborações e ações. Neste sentido, o texto *A centralidade da autonomia econômica para as mulheres*, apresenta a centralidade desta luta e as questões chave para a transformação do atual modelo, rumo a um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana. O texto traz ainda números da desigualdade, que exemplificam onde é preciso mexer para que as políticas alterem as estruturas de poder que reproduzem o machismo e o racismo diariamente. *Os números da desigualdade* exemplificam onde é preciso mexer para que as políticas provoquem alterações nas estruturas de poder e desigualdade que reproduzem o machismo e o racismo diariamente. Conectados com a agenda política da MMM, *A luta por creches e a autonomia econômica das mulheres* e *O direito à previdência e a construção de igualdade* são dois textos com o objetivo de reunir informações e análises sobre estas duas políticas que, na atual conjuntura, estão no centro das reivindicações feministas por autonomia econômica das mulheres. Com esta publicação, a SOF busca contribuir com a luta feminista de todas as mulheres que estão em marcha até que todas sejamos livres e iguais.

Boa leitura!

**As sempre vivas**



# **Feminismo e transformação social**

Nalu Faria

## Introdução

**N**a trajetória do feminismo, há um intenso debate sobre as explicações teóricas para a opressão das mulheres. Esse debate passou por várias compreensões dos conceitos de patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho, no sentido de definir qual conceito explica melhor essa relação de opressão e seu caráter. Este texto não retoma todo este debate, mas busca abordar a coextensividade da opressão das mulheres com o capitalismo e o racismo. Utilizaremos o termo patriarcado para nos referir a essa dominação.

Em nossa trajetória militante na Marcha Mundial das Mulheres, recuperar o termo patriarcado contribuiu para a afirmação de um posicionamento político anti-sistêmico, frente a pasteurização e perda de radicalidade pela forma como se desenvolveu e foi utilizado o conceito de gênero. A utilização do termo patriarcado não nos coloca em conflito com o conceito de divisão sexual do trabalho que, tal como Daniele Kergoat (1996), consideramos o que está em jogo na opressão das mulheres, nas relações patriarcais.

## Capitalismo e patriarcado: um só modelo?

**E**ntendemos que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Para isso, aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão entre uma esfera pública e outra privada, a primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda onde se dá a reprodução. Houve uma redução do conceito de trabalho limitado ao que ocorre na esfera mercantil (da produção), sem considerar como trabalho as atividades de reprodução e cuidado da vida humana – portanto, estas são consideradas como uma externalidade do modelo econômico. Essa divisão esconde a dependência masculina do trabalho invisível e não reconhecido das mulheres e é parte das falsas dicotomias criadas pela ideologia patriarcal. Essas falsas dicotomias se constituem como uma caracterização do masculino e do feminino: produção-reprodução, cultura-natureza, objetivo-subjetivo, razão-emoção. São os valores e visão de mundo impostos pelo grupo dominante e, portanto, essas dicotomias não são neutras, mas hierárquicas (Carrasco, 2003).

Esse modelo aprofundou a divisão sexual do trabalho a partir da definição de uma esfera pública como da produção mercantil e a esfera privada como não-mercantil, da família e da maternidade. Reforçou o público como o espaço da produção, da igualdade, da política e que pertence aos homens; às mulheres cabe o espaço privado da reprodução, da intimidade, do cuidado. Para isso, foi construída a idéia de que há harmonia e complementariedade nas relações entre

homens e mulheres. Isso tem como objetivo esconder as relações de conflito e de poder dos homens sobre as mulheres na família e no conjunto da sociedade. Além disso, aos homens foram designadas as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

Os homens são considerados os provedores e as mulheres, reprodutoras, do lar, chamadas comumente de inativas. Ao mesmo tempo em que isso confirma o não reconhecimento da enorme quantidade de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, esconde que o modelo homem-provedor é na verdade um mito e que nenhuma sociedade pode prescindir do trabalho das mulheres no campo da produção. Em uma família em que a mulher não é assalariada, muito mais bens e serviços são produzidos em casa. Uma grande parte do trabalho realizado pelas mulheres não é reconhecido, seja no campo ou na cidade. Quando se coloca que o lugar das mulheres é em casa, não é reconhecido seu direito à autonomia econômica e sua inserção no mercado de trabalho é marcada pela desvalorização e segregação em guetos definidos pela divisão sexual do trabalho. O fato é que a desigualdade das mulheres estrutura o conjunto das relações e práticas sociais e há uma coextensividade entre classe, raça e gênero, na medida em que estas relações se reproduzem e co-produzem mutuamente.

## Trabalho no Campo

A presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para as mulheres a realização deste trabalho se coloca como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, compreensão e a sabedoria nos cuidados. Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico.

No campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado (Nobre, 1996). Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. Estão incluídas aí a criação de pequenos animais, o cultivo de hortas, entre outras atividades. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no

mercado. Muitas feministas falam de um patriarcado moderno, que recebeu uma contribuição fundamental dos filósofos iluministas, ao construir um discurso misógino de legitimação da desigualdade das mulheres que se estendeu para os campos da medicina, da moral e da política. A desigualdade das mulheres é naturalizada e a subordinação das mulheres aos homens é colocada como parte de uma essência feminina. Esse discurso atribui isso à maternidade e o papel “natural” das mulheres na criação da prole. Para isso, há uma imposição de um modelo de feminilidade socialmente construído que define como as mulheres devem se comportar e desenvolver sua personalidade e habilidades para que estejam adequadas ao seu “papel social” de mãe e esposa.

Ou seja, por detrás da naturalização da opressão das mulheres houve a definição de um modelo de feminilidade considerado adequado ao ser mulher. Evidentemente, neste modelo há cortes de classe e raça/etnia. Porém, a docilidade, altruísmo, paciência, flexibilidade, disponibilidade permanente para esposos e filhos, são traços comuns. Simultaneamente, há uma exigência de que a mulher seja bela, agradável e, cada vez mais, magra e jovem.

## Família e Sexualidade

Uma estratégia fundamental para a consagração dessas relações no capitalismo foi o estabelecimento de um novo papel da família nuclear burguesa que se estendeu para o mundo operário como o lugar de supremacia dos homens, ou seja, onde todos os homens são senhores, inclusive os da classe trabalhadora.

Um dos elementos estruturadores desse modelo de família foi a imposição da heterossexualidade obrigatória, baseado na dupla moral em que para os homens são incentivadas múltiplas relações sexuais diante de uma suposta sexualidade passiva das mulheres. Assim, foi imposto um modelo baseado na heteronormatividade, que normatiza e hierarquiza a sexuali-

dade. É uma sexualidade androcêntrica (centrada na experiência masculina), que naturaliza as práticas sexuais como se fossem parte de uma essência em que a sexualidade masculina é baseada na virilidade e agressividade descontroladas, enquanto a vivência das mulheres seria dócil e passiva.

Esse discurso foi a base para a manutenção de uma moral que justifica e incentiva a prostituição e a aceitação das relações promíscuas para os homens e do castigo para as mulheres. Isso é comum na história dos nossos países: homens com mais de uma família ou com um grande número de filhos “bastardos”, como se costumava definir. Hoje podemos falar de novas modalidades e práticas sexuais, que convivem

com uma alta desresponsabilização masculina frente à paternidade, mas, no que se refere à sexualidade, segue a hegemonia de um padrão em que as mulheres são classificadas como santas ou profanas. Uma decorrência das relações de poder dos homens sobre as mulheres é a violência sexista, que é um mecanismo de controle em que as mulheres são coisificadas como objetos de posse.

Dessa forma, quando não se incorpora a análise do patriarcado a uma visão crítica do capitalismo e como parte de um sistema opressor, não se enxerga a forma particular como a opressão e subordinação das mulheres foi estabelecida nesse modelo.

O feminismo teve uma ação contundente de denúncia dos traços androcêntricos desse modelo e buscou construir novos marcos analíticos para enfocar e resolver os problemas de outra forma. No entanto essa ainda é uma questão pendente e faz com que, facilmente, nos espaços onde se discutem alternativas, o patriarcado continue invisibilizado, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, permanecem as práticas sexistas no interior da classe trabalhadora e nas organizações políticas de esquerda. Essa permanência do machismo e de práticas patriarcais no interior da esquerda contribui para que, no movimento de mulheres, continue existindo uma tensão entre luta feminista e de classes.

## Neoliberalismo

**É** inegável que, a partir das lutas feministas, houve uma ampliação da identidade feminina para além da maternidade. Além disso, são parte das transformações das últimas décadas a incorporação das mulheres de forma mais diversificada no mercado de trabalho, a ampliação do divórcio e mudanças nos padrões de sexualidade em vários países, o reconhecimento como direitos de questões antes consideradas do mundo privado, como a questão da violência sexista e a legalização do aborto em muitos países. Mas os dados em relação à situação das mulheres trazem elementos complexos, seja em relação à pobreza e ao desemprego, ao tráfico e prostituição, à responsabilidade individual de manter suas famílias, assim como o aumento da contaminação pelo HIV, entre outros.

Tal como ocorreu nas fábricas no fim do século XIX, no neoliberalismo as mulheres foram incorporadas massivamente aos setores da produção e de serviços com pior remuneração e que estiveram marcados pela terceirização e pela precarização.

Por outro lado, um pequeno contingente de mulheres com alta escolarização foi incorporado em funções superespecializadas e executivas. Assim, essas mulheres passaram a ter, diretamente, interesses opostos aos daquelas que estão nos trabalhos precários, mal remunerados e em tempo parcial. Entre os retrocessos trazidos pelo neoliberalismo, está a expansão da

mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que também é marcada pela dimensão de classe e raça. No mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu uma enorme sobrecarga de trabalho, com a diminuição das políticas sociais. Faz parte desse processo o que muitas estudiosas chamam de globalização dos serviços de cuidados, que se refere ao grande contingente de mulheres que migram dos países do Sul para o Norte para trabalhar como empregadas domésticas e cuidadoras em geral.

Outro lado da mercantilização é a imposição de um padrão de beleza como norma a ser cumprida obrigatoriamente e que, supostamente, pode ser comprada no mercado. São vendidos produtos e tecnologias que prometem a eterna juventude e o corpo perfeito, ou seja, magro. Essa perspectiva de beleza está vinculada ao que pode ser consumido. Ao lado da indústria de cosméticos e da beleza, outro setor que aufer grandes lucros com o mal estar das mulheres é a indústria de medicamentos. Esta também vende ilusões de bem-estar e felicidade enquanto invade o corpo das mulheres e nega sua autonomia.

Essa exigência, assim como várias outras mudanças sob o neoliberalismo, se ancorou na modernização tecnológica e na profunda mercantilização dos processos da vida. O discurso é que as mulheres podem comprar esse padrão de feminilidade usando toda

uma parafernália, que vai de cosméticos e ginástica a tratamentos estéticos, botox, cirurgias plásticas. Tudo isso, recentemente, prometido com mais eficiência com a utilização da nanotecnologia.

Com essa intensificação da mercantilização, houve um forte incremento do tráfico de mulheres e da prostituição, como parte da indústria do lazer e entretenimento. Nesse debate, muitas vezes a busca por liberdade e autonomia das mulheres é utilizada como justificativa. Assim, retiram de cena a máfia que movimenta bilhões de dólares à custa da exploração forçada das mulheres. Na atualidade, tem sido mais exposta a tensão que as mulheres vivem com a presença simultânea nas esferas da produção e reprodução. A migração das mulheres dos países do Sul para o Norte tem um componente de solução para essa tensão, uma vez que boa parte das migrantes vai trabalhar na casa de executivas europeias ou norte-americanas, realizando parte do trabalho doméstico e de cuidados.

A outra ponta da estratégia do mercado tem a ver com a tentativa das empresas transnacionais de controlar a terra, o território e a biodiversidade. Esta estratégia se encontra, mais uma vez, com as mulheres, que historicamente têm um papel ativo na agricultura, na seleção e preservação das sementes, no conhecimento das plantas medicinais, na defesa da biodiversidade.

Mas é inegável que profundas transformações ocorreram não só com as mulheres escolarizadas, mas também com as mulheres das camadas mais pobres. Essas mudanças estão vinculadas às suas práticas concretas, embora estejam marcadas por uma extrema complexidade. São exemplos a desresponsabilização dos homens pela paternidade e o aumento das mulheres que arcam sozinhas com o sustento dos filhos, a gravidez na adolescência, a violência urbana e envolvimento dos filhos com o tráfico. O feminismo teve um papel fundamental para questionar as relações de opressão

e anunciar novas possibilidades para as mulheres. Ou seja, é uma radicalização da proposta de autonomia, liberdade, auto-determinação e emancipação humana. Ao longo do século XX as mulheres conquistaram direitos como fruto de sua luta organizada em várias partes do mundo, embora isso tenha se dado de forma extremamente desigual.

Por parte de setores dominantes, em nossa sociedade gestou-se um discurso de que o feminismo não tem mais sentido. Junto com isso surgiu também uma revalorização da feminilidade com o argumento de que as mulheres já não precisavam mais ser feministas.

No movimento feminista houve, nos anos 1990, um forte processo de institucionalização em nossa região e, em alguns países e setores do feminismo, houve o reforço de uma posição pós-moderna que contribuiu para um questionamento da ideia de que é necessário um movimento articulado em torno da luta pela igualdade das mulheres. Isso se deu a partir de um debate em torno da diversidade e de múltiplas identidades, junto com um questionamento da visão política que se orienta para a construção de sujeitos coletivos.

Na América Latina e Caribe, foi no bojo da resistência ao neoliberalismo que retomamos um discurso de crítica global ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado, e também à forma como estes se reforçam e se retroalimentam. Nesse processo, discutimos o significado da economia capitalista e da relação de dominação imperialista que suas transnacionais estabelecem conosco. Mas debatemos também a mercantilização do corpo das mulheres, o incremento do turismo sexual e o lugar de nossos países em uma divisão sexual e internacional do trabalho que tem reservado a muitas de nossas mulheres o trabalho nas *maquillas* e na prostituição controlada por máfias e conglomerados de empresas de turismo. Questionamos os motivos que fazem com que, ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, com o incremento do mercado da prostituição e da

**(...) na resistência  
ao neoliberalismo  
retomamos uma crítica  
global ao capitalismo,  
ao racismo e ao  
patriarcado, e também  
à forma como estes  
se reforçam e se  
retroalimentam**

pornografia, esteja o aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de controlarem seus corpos. Falamos sobre as novas formas de controle sobre o corpo das mulheres com a imposição de padrões de beleza estritos. Em nossa região, isto tem significado uma verdadeira febre das cirurgias plásticas, do silicone e do incremento no uso de hormônios sinté-

ticos. Estes hormônios são produzidos pelas mesmas “indústrias da vida” que produzem agrotóxicos e sementes transgênicas. Esse debate se deu ancorado em uma forte organização das mulheres do campo e da cidade que constituiu a recomposição de um campo de esquerda no movimento e atualizou uma ação anti-capitalista e antipatriarcal em nossa região.

## A luta feminista e seus desafios

**E**m todas as experiências de lutas e resistência dos povos oprimidos, encontramos a presença das mulheres, embora, na maior parte da história, as representações predominantes apresentem as mulheres dentro de casa e sem nenhuma participação pública. No caso da América Latina, aqui e acolá, aparece a figura de mulheres excepcionais. E quase sempre o relato é que participaram das lutas a partir da relação com um marido ou amante. Na verdade, com frequência se oculta o fato de que, desde as lutas abolicionistas e anti-colonialista, as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens.

A organização de um movimento de mulheres e do feminismo como corrente teórica e prática marcou uma mudança nesse processo. Além de afirmar as mulheres como sujeitos políticos permitiu recuperar partes da história sistematicamente ocultadas para invisibilizar a presença e contribuição das mulheres. Também foi fundamental para mostrar que o debate sobre a igualdade entre os sexos é muito mais antigo que se imaginava. Como afirma Alicia Puleo (2004), “o estudo do discurso filosófico nos mostra que muitas vezes – ou quase sempre -, quando há um discurso profundamente misógino é porque paralelamente existe um discurso feminista, nessa mesma época”.

A situação atual mostra que as vitórias não serão consolidadas enquanto não se mudar estruturalmente o modelo. As atuais resistências organizadas pelas mulheres e o dinamismo de um setor do movimento de mulheres cada vez mais conectam essas várias dimensões. Ou seja, a luta das mulheres não é apenas uma agenda específica a ser agregada a uma agenda macro.

É uma luta de transformação integral da sociedade e se entende por isso que não se mudará a vida das mulheres enquanto a vida de todas não for transformada. A utopia que define nosso projeto é a superação da sociedade capitalista, racista e machista, e a construção de uma sociedade socialista que rompa com todas as formas de exploração, opressão e discriminação em todos nossos povos.

Do ponto de vista dos desafios atuais, continua a necessidade de uma politização que afirma que o centro do movimento de mulheres é a luta contra a opressão feminina e afirmação do feminismo socialista como a possibilidade de transformar a vida das mulheres. Isso passa por enfrentar a banalização paulatina do conceito de gênero e a redução desta agenda ao tema dos direitos das mulheres como direitos humanos. Ou seja, é necessário atuar para a transformação do conjunto das atuais relações sociais, incluindo as relações sociais de sexo. Portanto, são necessárias mudanças no modelo como um todo.

A tarefa que se coloca é a construção de uma visão crítica em toda a sociedade sobre a opressão das mulheres. Hoje esta parece uma tarefa difícil, pois predomina a idéia de que não há mais opressão. Existe um discurso modernizante de que a vida das mulheres mudou muito e que, em parte, foram assimilados aspectos do discurso feminista. Há um discurso de posituação do feminino, que estrutura o retrocesso no padrão de feminilidade, o qual define que tudo o que as mulheres são no mundo tem a ver com a maternidade. O que ocorre é que há um reforço contínuo da ideologia de que todas as mulheres devem ser mães e que é essa experiência que define seu lugar no mundo,

inclusive como profissional ou política. Na verdade, este discurso afirma que as mulheres se inserem no mundo a partir das qualidades, virtudes e capacidades definidas como parte de sua natureza porque são mães. É recorrente a dificuldade de perceber que há uma base material da desigualdade expressa na divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, há uma tendência de tratá-la apenas como um problema de uma cultura patriarcal arraigada ou como uma questão ideológica. Um ponto fundamental de nossa compreensão é de que não haverá igualdade se pensarmos mudanças apenas na chamada esfera pública e do trabalho produtivo.

Ou seja, se as mulheres continuarem arcando sozinhas com o trabalho doméstico, de cuidados e com os afetos, se a casa continuar sendo considerada naturalmente o espaço de supremacia masculina.

Essa questão, por sua vez, está vinculada à ruptura com uma divisão sexual do trabalho e do poder nos espaços públicos. Não basta apenas o avanço da participação das mulheres nesses espaços como se a cada vez que ocupamos um espaço masculino tenhamos

avancado. Isto porque, a cada avanço das mulheres, vivenciamos uma forte reação machista e conservadora. Portanto, estão colocados desafios teóricos, políticos e organizativos, que exigem posicionar o debate a partir da compreensão de que há uma opressão das mulheres.

Neste sentido, continuamos fortalecendo a afirmação política de um projeto feminista e socialista que questiona as bases da sociedade capitalista, racista e patriarcal. Isso exige um movimento enraizado, com capacidade de grandes mobilizações, campanhas próprias e que também seja parte da construção de uma luta articulada na América Latina.

Um avanço no feminismo é a separação cada vez menor entre o que é reivindicação das mulheres e as chamadas lutas gerais, dando lugar à compreensão de que, para mudar a vida das mulheres temos que mudar o mundo e, portanto, todas as lutas por mudanças são das mulheres. Mas o principal ganho é que, nesse processo, se afirma cada vez mais o direito de autonomia e soberania para as mulheres, e que a igualdade tem que ser parte constitutiva de todos os processos de transformação.

## Um feminismo militante e anticapitalista

**A** atuação da SOF tem buscado ampliar temas e contribuições feministas na perspectiva de construção de novas relações sociais e de um modelo de desenvolvimento em que se supere a divisão sexual do trabalho e se estabeleça um novo modelo de produção e consumo, em um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana. A partir de um trabalho de formação, elaboração e articulação política, temos buscado contribuir para o fortalecimento da autonomia das mulheres e de sua presença

como um sujeito político organizado em um processo mais amplo de lutas e resistências, orientadas para a construção de uma nova dinâmica de relações sociais e pela projeção de um novo modelo de sociedade. É a partir desta visão que a SOF participa ativamente da construção da Marcha Mundial das Mulheres, atuando para sua consolidação e fortalecimento como um movimento internacional inserido nas dinâmicas locais, com uma pauta nacional, e em diálogo com campanhas e movimentos sociais aliados.

## Marcha Mundial das Mulheres: um movimento incontornável

**A** Marcha Mundial das Mulheres representa um marco na recomposição do campo anticapitalista do feminismo, como parte da superação dos retrocessos do movimento, em particular nos anos 1990. Nesse período, prevaleceu a hegemonia de uma profunda institucionalização e de uma agenda centrada nos aspectos normativos. Assim, frente à globalização neoliberal, não houve uma visão crítica global que integrasse as dimensões econômica, política e social.

A origem da MMM está vinculada à necessidade de construir um amplo processo de luta a partir dos setores populares em resposta à ofensiva capitalista a partir da globalização neoliberal e do reforço do machismo. É parte de uma alternativa à globalização e institucionalização do movimento feminista vinculado à agenda das Nações Unidas e criou a proposta de construção de uma transnacionalização das lutas ancorada no trabalho de base em conexão com ações nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da análise política, a MMM iniciou questionando globalmente o modelo vigente, retomou a relação com o debate de classe e consolidou, mais que uma crítica à globalização neoliberal, uma crítica anticapitalista, ao mesmo tempo em que faz a análise da imbricação entre capitalismo, racismo e patriarcado.

Outro elemento fundamental foi ter recolocado o conceito de patriarcado em um contexto em que o movimento estava sob a hegemonia da banalização do conceito de gênero, em meio a um processo de institucionalização e de perda de radicalidade. Isso contribuiu para colocar ênfase na dimensão da opressão das mulheres. Não houve uma retomada do antigo debate entre marxismo e feminismo – capitalismo e patriarcado como um ou dois sistemas, mas se enfatizou a inter-relação entre eles. Ambos estão construídos com base na desigualdade e se reforçam mutuamente. Há o reconhecimento de que o capitalismo incorporou a dominação patriarcal como estruturante de seu mo-

delo econômico e de suas práticas, a partir da transversalidade da desigualdade de gênero com base na divisão sexual do trabalho, no controle sobre o corpo das mulheres, na imposição da família patriarcal e da heteronormatividade da sexualidade como modelos.

Baseada nessa visão, a MMM coloca como central a necessidade de mudanças globais no modelo que se expressa no lema: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, na compreensão de que a igualdade ou será para todas as mulheres ou não será. Ou seja, a visão de que nos marcos do capitalismo até pode haver avanços em alguns direitos e alterar a posição de algumas poucas mulheres, mas não para todas. É exemplar a análise de Danièle Kergoat sobre a dualidade entre as mulheres sob o neoliberalismo. Ela analisa que, pela primeira vez na história, algumas mulheres têm acesso ao capital por si mesmas e não por sua relação familiar, tendo como consequência possíveis conflitos de interesses entre mulheres como gênero.

Na Marcha, o reconhecimento da diversidade e diferenças entre nós busca evitar que as lutas das mulheres e a desigualdade de gênero sejam tratadas apenas como uma questão de identidade. Reconhecemos a diversidade das mulheres e buscamos construir ações comuns que possam combater globalmente a ordem atual de dominação e opressão, em um claro projeto político de mudança. Aprendemos, a partir da experiência cotidiana, “a envolver um grande número de mulheres que chegam com suas histórias de vida e militância, demos conta de promover uma interação e aprendizagem mútua e, a partir disso, construir novas sínteses e novos pontos de partida na busca de uma utopia conjunta, no que queremos vir a ser” (MMM, 2008).

Nossa ação se baseia na crença na capacidade das mulheres como sujeitos políticos. É a partir de um forte movimento de base popular do campo e da cidade que poderemos construir uma prática feminista que contamine e impulsione alianças com outros setores

envolvidos na luta por mudanças. É a partir de ações coletivas que nós mulheres teremos vigor para revolucionar a sociedade e construir novas relações sociais e a superação de todos os mecanismos de manutenção da opressão. Para a MMM, a construção de uma força própria das mulheres é fundamental inclusive para a articulação das alianças necessárias com outros movimentos e organizações.

A utopia do feminismo anticapitalista aponta para um questionamento global do modelo atual e para a construção de novas relações e novas subjetividades. Nossos acúmulos na prática cotidiana das mulheres apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, o bem-estar, o cuidado, a transcendência. Isso é fruto de uma prática concreta que busca superar as dicotomias binárias, como a oposição entre razão e emoção, objetivo-subjetivo, público-privado. Um aporte fundamental do feminismo é a exigência de uma prática fundada na coerência entre vida privada e pública. Não se pode aceitar de maneira acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Neste sentido, fazem parte da estratégia da Marcha ações com muita criatividade que partem da experiência concreta e do conhecimento das mulheres. É fundamental a utilização de outras formas de expressão, para além da linguagem verbal. A combinação das práticas de educação popular e as dos grupos de reflexão feminista são a base para o trabalho da MMM, que é parte da contribuição do feminismo à construção de práticas emancipatórias, à conscientização da opressão e de como esta se concretiza no corpo, na identidade, na autopercepção. Assim como atuamos para o reconhecimento do valor de cada uma, inclusive como base para o amor próprio e a autonomia pessoal. Entre os elementos de acúmulo em relação à construção de paradigmas emancipatórios podemos destacar que nos últimos 10 anos avançamos em relação ao desafio

**(...) a globalização de nossas lutas e a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível**

de reconstrução do pensamento crítico e de práticas centradas na construção de alternativas. Na MMM foi estratégico construir ações e um discurso crítico à mercantilização e à profunda extensão da sociedade de mercado na globalização. Isso contribuiu para afirmar uma visão crítica e desconstruir ambigüidades anteriores no que se refere a uma aparente democratização e avanço na normalização direitos.

Em vários setores do movimento de mulheres, foi tratado como um paradoxo que, enquanto se avançava na formalização de direitos, tenha havido retrocesso nas condições econômicas e outras conquistas anteriores, como políticas sociais. Nossa intervenção trouxe a reflexão sobre como o mercado havia organizado a vida das mulheres. Essa crítica à mercantilização dos

corpos e da vida das mulheres possibilitou a reflexão sobre as conexões entre globalização, empresas transnacionais e o controle sobre o trabalho, os corpos e os territórios. Por exemplo, podemos ver que as mesmas transnacionais que atuam nas tecnologias baseadas no controle do corpo e da reprodução também atuam na produção de sementes transgênicas.

Da mesma forma, há a conexão entre incremento da militarização e controle dos territórios e bens naturais e a violência contra as mulheres e sua utilização como despojos de guerra. Nessa trajetória, a solidariedade como valor e como prática é central. Os mecanismos de opressão seguem vigentes em todas as sociedades, mesmo que haja diferenças culturais, econômicas e sociais, e alguns direitos conquistados, em alguns países mais que em outros. Mas os mecanismos de desigualdade e hierarquização continuam sendo a base constitutiva da sociedade.

Por isso, não só a globalização de nossas lutas, mas também a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível. Isso se traduz em cada grupo da Marcha, que se tornam mais

Por isso, não só a globalização de nossas lutas, mas também a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível. Isso se traduz em cada grupo da Marcha, que se tornam mais

fortes ao saber que mulheres estão na mesma luta em muitos países. Na Marcha, temos dois princípios em relação a nossa construção: nossa auto-organização em um movimento autônomo de mulheres que fazem parte de coletivos de mulheres e movimentos mistos;

e a construção de alianças com outros movimentos sociais. Queremos construir um projeto comum em que nós aprendamos com outras lutas e ampliemos nossa agenda, mas que também imprima a marca feminista para que a luta antipatriarcal seja de todas e todos.

## Bibliografia

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: *A Produção do Viver*. NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (org). Ed. SOF Sempre viva organização Feminista. São Paulo. 2003.

\_\_\_\_\_. Economia Feminista: una apuesta por outra Economia. In: VARA, Maria Jesus (coord). *Estudios sobre género y economía*. Ec Akal, Madrid. 2006.

\_\_\_\_\_. Introducción: hacia una economía feminista. In CARRASCO, Cristina (ed). *Mujeres y Economía*. Icaria Editorial, 1999.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher e o que é ser homem? In: *Gênero e Desigualdade*. Cadernos Sempre viva. Ed. SOF Sempre viva Organização Feminista. São Paulo. 1997.

FARIA, Nalu. Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista. In: *Gênero e Sexualidade*. Cadernos Sempre viva. Ed. SOF Sempre viva Organização Feminista. São Paulo. 1998.

\_\_\_\_\_. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p.11-29.

FREITAS, Taís Viudes. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007, p. 9-66.

\_\_\_\_\_. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia e TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidado: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008, p.27-53.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: uma servidão "voluntária". In GODINHO, T. e SILVEIRA M. L. (org). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.

\_\_\_\_\_. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 15-30.

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho, In: LOPES, Marta Julia et al. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, Marli et al. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

LOBO, Elisabeth. Os Usos do Gênero. In: *A classe operária tem dois sexos*. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1991.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. *Una década de lucha internacional feminista*. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. *Gênero e trabalho rural 1993/2006*. Rio de Janeiro, 2007.

NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: Cadernos Sempreviva. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 1998.

\_\_\_\_\_. Introdução a Economia Feminista. In NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (org). *Economia Feminista*. Cadernos Sempreviva. SOF. São Paulo, 2002.

PULEO, Alicia. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, T. e Silveira M. L. (org). *Políticas Públicas e Igualdade de gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.



Jobo Zindair

# Mulheres em movimento mudam o mundo!



Elaine Campos



Arquivo MMM



Arquivo SOF



Rafael Ferreira



Daniela Carrasco



Dave Miller



Fernanda Estima



Lene Privado



Arquivo SOF



Arquivo SOF

**Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!**



Marcos Aragão



Arquivo SOF

Arquivo SOF



Arquivo SOF



João Zinclair



Fernanda Azevedo

**Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo!**



Arquivo MIM



Carol Calef



Simone Brito



Carol Calef



João Zinclair



Arquivo SOF



Fafá Souza

**Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!**



Daniela Carrasco



# **A centralidade da autonomia econômica para as mulheres**

Renata Moreno e Taís Viudes

# Autonomia

**A** palavra autonomia pode ser utilizada de diferentes formas e em diversos contextos. Seu significado, de acordo com o dicionário, é “Faculdade de se governar a si mesmo. Direito de se governar por suas próprias leis, dirigir-se por sua própria vontade”. Nos termos de Simone de Beauvoir, autonomia é a “capacidade de nomear seu próprio horizonte de vida”. Ao aplicar este conceito para as mulheres, podemos defini-lo como o poder que elas têm para determinar e regular a sua própria vida.

São várias as dimensões que compõem a autonomia das mulheres. Autonomia sobre o corpo, poder de decisão sobre o projeto de vida e condições para pôr em prática suas decisões, que incluem, por exemplo, trabalho e sexualidade. Mas, ainda que possamos nos referir à autonomia para tratar da autodeterminação de cada mulher, a conquista de autonomia só será possível com transformações que alcancem todas as mulheres. Mais que isso, é uma armadilha tratar da autonomia apenas em sua dimensão individual.

Alguns órgãos, como o PNUD e o Banco Mundial, consideram como autonomia das mulheres a aquisição de renda, obtida por meio do trabalho remunerado, em tempo integral e com carteira de trabalho assinada. Mas esse tipo de inserção no mercado de trabalho ainda é a realidade de poucas mulheres. A grande maioria se encontra em empregos precários, com baixos salários e baixa qualificação, por exemplo. Assim, o acesso ao emprego remunerado e o aumento da participação econômica das mulheres não representam por si só indicadores de autonomia. Devem-se considerar outros elementos, como o tipo de participação no mercado de trabalho e a responsabilidade pelo trabalho doméstico, entre outros. Estas questões só podem ser solucionadas com transformações estruturais. Neste sentido, a luta por autono-

mia das mulheres tem um vínculo estreito com a luta por igualdade. Por isso, a dimensão da autonomia econômica adquire centralidade. A definição de autonomia econômica, na Marcha Mundial das Mulheres, é a capacidade das mulheres de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira, e também inclui o acesso à previdência e serviços públicos.

Esta definição implica, necessariamente, um olhar feminista sobre a organização do trabalho e da economia, que remete a como compreendemos a desigualdade entre homens e mulheres.

**A conquista  
de autonomia  
só será  
possível com  
transformações  
que alcancem  
todas as  
mulheres**

As relações sociais se organizam a partir de uma base material, concreta, que estrutura o conjunto das relações. Na sociedade capitalista, essa base material tem a ver com o trabalho e, no caso das relações sociais de sexo, o que está em jogo é a divisão sexual do trabalho que separa a esfera da produção, pública, que é atribuída aos homens, da esfera, privada, considerada espaço das mulheres. Mas há muito tempo esta separação não condiz com a realidade, já que as mulheres estão, simultaneamente, na esfera da reprodução e na esfera da produção. O fato

de que o trabalho doméstico e de cuidados tenha sido atribuído para a esfera privada significou uma enorme quantidade de trabalho realizada de maneira gratuita pelas mulheres. Isso condiciona a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Iluminar a esfera da reprodução, visibilizando o conjunto de atividades realizadas pelas mulheres que garantem a sustentabilidade da vida, tem sido uma tarefa importante para apontar por onde passam as transformações necessárias para a construção de igualdade.

Como no capitalismo só é considerado trabalho aquilo que é mercantilizado, monetarizado e que tem um equivalente no mercado, existe uma redução do próprio conceito de trabalho. Isso significa que grande parte das tarefas realizadas pelas mulheres não é considerada trabalho e, além disso, que o atual modelo econômico ignora os vínculos entre reprodução e produção. É como se os trabalhadores e trabalhadoras já estivessem prontos para ocupar seus postos de trabalho, sem toda a infância e constituição como sujeito ao longo dos anos de preparação para a entrada no mercado de trabalho e, mais ainda, como se a cada dia não fosse necessário produzir e reproduzir a vida destes trabalhadores para que se mantenham em seus postos de trabalho.

Esta produção do viver implica cuidados, alimentação, limpeza da casa, lavagem de roupas, equilíbrio emocional, entre outras atividades domésticas e de cuidados. O não reconhecimento dos vínculos entre reprodução e produção tem significado uma naturalização da família e invisibiliza que nesta esfera são produzidos bens e serviços importantes para a economia. A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo conferem mais valor ao conjunto das atividades desempenhadas por homens.

Os privilégios dos homens frente às mulheres vão além da desigualdade salarial e se concretizam em todas as dimensões das relações de poder. Portanto, a atual organização econômica garante o funcionamento da economia capitalista ao mesmo tempo em que mantém o machismo.

A economia feminista propõe, assim, a ampliação das fronteiras do que é considerado econômico. Ampliar as fronteiras do que é considerado econômico tem consequências importantes na formulação das políticas públicas. Na resistência ao neoliberalismo, uma das críticas desde o movimento feminista foi que houve

uma forte fragmentação entre o econômico e o social, sendo que as políticas para as mulheres passaram a se concentrar na área social, como forma de amortecer os impactos negativos das políticas econômicas de ajuste estrutural e desregulação sobre as mulheres. A crítica feminista apontou que as desigualdades de gênero estão no coração das relações econômicas e que, portanto, não bastava atuar apenas para a minimização dos impactos negativos. Isto porque toda a redução do Estado contou com o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres para realizar aquilo que o Estado não garantia com serviços públicos.

Da mesma forma, na esfera da produção, a expansão do neoliberalismo por meio das transnacionais se deu baseada na combinação da divisão internacional e sexual do trabalho. A mesma realidade que os países latino-americanos conheceram no auge do neoliberalismo é vivida pelos países do Norte na atual crise internacional. Esta crise é também uma crise de cuidados e, frente a ela, há um aumento na migração de mulheres para que se responsabilizem com o trabalho doméstico e de cuidados em países que tem seus gastos públicos cortados.

No contexto brasileiro, em que se debate as possibilidades e limites de um modelo de desenvolvimento que incorpora nos marcos do discurso geral a erradicação da pobreza, os acúmulos feministas devem ser retomados no sentido de que as

políticas não sejam paliativas, mas que realmente contribuam para o combate às desigualdades.

As políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres e para o combate à pobreza devem procurar a redução do tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados. Neste sentido se enquadram os serviços de proteção e atenção aos filhos pequenos; medidas para garantir a segurança quanto a circulação nas ruas, inclusive com a iluminação, a fim de combater a violência, inclusive sexual, sofri-

## (...) o não reconhecimento dos vínculos entre reprodução e produção significa uma naturalização da família e da esfera privada como lugar das mulheres

da pelas mulheres na rua; a integração das pessoas na gestão e administração pública; e o fomento de atividades realizadas pelas mulheres. Também são necessários serviços e programas de alimentação que tendem a resolver as necessidades básicas, gerar bem-estar e contribuir para a construção da igualdade, na medida em que significam um compartilhamento de parte do trabalho doméstico realizado pelas mulheres.

As políticas públicas de combate à pobreza voltadas às mulheres se baseiam na constatação de que as mulheres tendem a investir mais no lar quando têm recursos em mãos (Kabeer, 1998; Lavinas, 1996). Mas cabe ressaltar que esta tendência está diretamente voltada à socialização e responsabilização feminina pela família. Desta forma, é necessário considerar que muitas dessas políticas tendem a reforçar o papel da mulher na família ou atribuir a ela a responsabilidade, inclusive, de articular um emprego que envolva geração de renda e o trabalho realizado no âmbito doméstico. Entre as críticas ao programa Bolsa Família, por exemplo, está que este tende a sobrecarregar as mulheres em tempo e trabalho, na medida em que parece haver um reforço de uma concepção de família, baseada na ideia da mulher como mãe e cuidadora, ao mesmo tempo em que o programa procura possibilitar que as mulheres realizem atividades de geração de renda.

Essa dupla “função” das mulheres contribui para que elas tenham menores possibilidades de participação no mercado de trabalho formal e em espaços públicos e políticos. Deste modo, há a necessidade de que o programa se una a outras iniciativas que promovam o acesso das mulheres à renda, à educação e aos benefícios sociais, mas que também contribua para romper com a atribuição exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados.

O acesso ao crédito e à renda para as mulheres aparece como um ponto importante no caminho da autonomia econômica, não só pelo aspecto financeiro, mas

porque as experiências de trabalho, principalmente coletivo, de mulheres têm contribuído para aumentar sua autoestima, empoderamento e independência. No meio rural, o acesso ao crédito ajuda a manter as pessoas do campo, na medida em que possibilita às mulheres conseguirem melhores condições de vida.

A manutenção dos trabalhadores no campo envolve possibilidades de acesso ao cultivo e venda, ou seja, garantia ao acesso à terra e ao crédito para investimento, bem como fortalecimento dos pequenos produtores, o que vem com a criação de redes entre os produtores locais e a valorização dos saberes dos pequenos agricultores. Neste aspecto, olhar para as mulheres é fundamental uma vez que muitas vezes são elas que cultivam a terra e têm conhecimento sobre os recursos naturais, e garantem a sobrevivência da família a partir destas experiências.

## (...) as políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres devem procurar a redução do tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados

Alguns estudos apontam que o Programa Bolsa Família, no âmbito dos programas de transferência de renda, tem conseguido atingir as famílias brasileiras mais pobres. No entanto, ele apenas contribui para aliviar a situação de pobreza das famílias e não tirá-las dela. São os programas que transferem mensalmente o valor de um salário mínimo, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada e do Seguro Social Rural, aqueles que mais têm contribuído para

reduzir a desigualdade e a pobreza no país (Silva 2007). O Benefício de Prestação Continuada se dirige a pessoas de 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência, que vivam em famílias cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo. O benefício consiste no valor de um salário mínimo a cada beneficiário e pode haver mais de um por família. Já o Seguro Social Rural se dirige a mulheres a partir de 55 anos de idade e a homens a partir de 60 anos, que sejam considerados trabalhadores rurais.

As experiências existentes no campo da economia solidária vêm indicando possíveis caminhos na pro-

moção de igualdade e autonomia. A autogestão contribui para o empoderamento e a autonomia das envolvidas. Além disso, essas experiências aparecem como alternativas à organização da sociedade dominante, uma vez que elas se voltam não ao mercado, mas para responder às necessidades da vida cotidiana. A economia solidária aparece, assim, como intermediadora na relação Estado, família e mercado (Nobre, 2003).

Neste sentido, as mulheres têm participação central nestas experiências. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Brasil, existiam, em 2007, mais de 21 mil empreendimentos solidários. Destes, 48% eram rurais, 35% urbanos e 17% rurais e urbanos. Nestes empreendimentos, as mulheres correspondiam a 37,4% dos participantes e, do total dos grupos, 18% eram só de mulheres. Em muitos casos, essas experiências contribuem para romper com a divisão sexual do trabalho na medida em que a atuação

de mulheres neste grupo as empodera para romper com uma posição de submissão e dependência a um homem – marido ou pai, por exemplo –, além do fato de que muitos desses grupos passam a atuar em campos até então restritos a elas, como é o caso de grupos voltados à construção civil, por exemplo.

Os elementos anteriores permitem exemplificar a amplitude da luta por autonomia econômica. Na agenda da Marcha Mundial das Mulheres, esta luta passa por reivindicações de transformações estruturais no atual modelo de produção e consumo, e, além disso, pela valorização do salário mínimo, pelo direito à creches e à previdência, à moradia e à terra.

O alcance desta agenda política é a proposição de um novo paradigma de sustentabilidade da vida, onde haja uma nova forma de organizar os trabalhos de reprodução e produção, superando a atual divisão sexual do trabalho.

## Os números da desigualdade no Brasil

**D**e acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), as mulheres com 16 anos ou mais de idade possuem, em média, 8,8 anos de estudos, um ano a mais que a média encontrada entre os homens (7,7 anos de estudo). Entretanto, a maior escolaridade não representa uma melhor condição de inserção no mercado de trabalho. Apesar de as mulheres serem maioria na população em idade ativa (51,3%), elas representam 42,6% da população economicamente ativa (PEA) contra 57,4% de homens.

A participação feminina no mercado de trabalho vem sendo crescente nas últimas décadas. Na década de 1970, as mulheres apresentavam uma taxa de participação no mercado de trabalho de 18,5% e, em 1995, as mulheres eram 39,9% da PEA. Sua participação também tem acompanhado o processo de formalização dos vínculos de trabalho, ocorrido nos últimos anos.

Porém, elas ainda se encontram em desvantagem, uma vez que o trabalho informal ainda atinge uma parcela expressiva das trabalhadoras. Em 2009, 53,2% dos homens estavam em trabalhos formais enquanto que 48,8% das mulheres se encontravam nessa situação.

A proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada subiu de 24,2% em 1999 para 30,3% em 2009, sendo ainda vivenciada uma queda na proporção de trabalhadoras não remuneradas, trabalhadoras para o próprio consumo ou na construção para uso próprio – ocupações desvalorizadas socialmente – de 18,7%, em 1999, para 11,6%, em 2009 (IBGE, 2010). Enquanto no período de 2004 a 2009 houve um aumento de trabalhadoras formais na ordem de 26,41% (superior aos homens), também houve aumento da informalidade feminina de 1,78%. No caso dos homens, no mesmo período houve uma diminuição do trabalho informal (-3,10%) e aumento do trabalho formal (23,36%).

Mesmo no período de 1995 a 2004, quando o trabalho informal cresceu significativamente entre os trabalhadores, foram as mulheres as mais atingidas com uma taxa de crescimento de 18,31% contra 13,98% dos homens.

A desigualdade também é evidenciada a partir de uma análise sobre o acesso aos recursos econômicos. O rendimento das mulheres segue inferior ao dos homens, apesar de elas apresentarem uma maior escolaridade. Ainda segundo os dados da PNAD, em 2009, as mulheres ocupadas recebiam, aproximadamente, 70,7% do rendimento masculino, sendo esta diferença ainda maior entre aqueles inseridos no mercado informal (63,2%). Cabe ainda ressaltar que a diferença de rendimento por sexo também está relacionada ao número de horas trabalhadas semanalmente. Entre as mulheres, a jornada de trabalho semanal era composta em média por 36,5 horas, enquanto que a média da jornada masculina foi de 43,9 horas. A maior jornada de trabalho masculina no espaço produtivo revela como ainda se mantém a ideia – tradicionalmente construída – do “papel de provedor” do homem.

Em contraponto, a esfera doméstica segue sendo um espaço de atuação majoritariamente feminina. Enquanto os homens apresentam maior jornada de trabalho no espaço produtivo, as mulheres apresentam um número muito mais elevado de horas gastas com o trabalho doméstico e de cuidados em comparação a eles. Em 2009, as mulheres afirmaram gastar, em média, 22 horas semanais com os afazeres domésticos contra 9,5 horas entre os homens (IBGE, 2010).

Essa jornada se intensifica para as mulheres na faixa de 25 a 49 anos, justamente no período de construção da carreira profissional. Esse é um dos motivos para o menor tempo de permanência das mulheres no mercado de trabalho, o que influi na possibilidade de aposentadoria. Dados da RAIS- MTE 2010 indicam que as mulheres ficam em média 3,3 anos no mesmo

trabalho, dado inferior aos homens. Essa diferenciação quanto ao tempo de trabalho gasto nas diferentes esferas – produtiva e reprodutiva – está vinculada as relações sociais de sexo que, historicamente, atrelaram o espaço produtivo e econômico como o lócus privilegiado de atuação masculina e relegaram a esfera doméstica e reprodutiva, menos valorizada socialmente, às mulheres.

A divisão sexual do trabalho parece ainda mais acentuada no meio rural. De acordo com Melo e Di Sabbato (2007), as atividades rurais, principalmente as remuneradas, permanecem predominantemente masculinas, sendo que a participação feminina na produção se dá enquanto membro da família, ou seja, sua atividade é considerada complementar ao do marido. As mulheres realizam sobretudo as atividades ligadas ao trabalho doméstico, voltadas para o autoconsumo e sem remuneração.

Ademais, quando assalariadas, o trabalho feminino em meio rural apresenta uma maior sazonalidade e instabilidade – isto é, está mais submetido às flutuações de demanda por produção – e menor remuneração. Destaca-se que as mulheres rurais recebem aproximadamente a metade do rendimento médio auferido pelas mulheres em meio urbano.

Do mesmo modo, a análise sobre a situação das mulheres negras

(pretas e pardas) evidencia como as dimensões de gênero e de raça se interconectam, contribuindo para recrudescer a desigualdade. No que tange ao mercado de trabalho, a inserção em trabalhos informais, ou seja, aqueles desprotegidos dos direitos trabalhistas e da seguridade social, era a realidade de 44% das mulheres brancas, ao passo que atingia 60% das mulheres pardas e 54,1% das de cor preta.

Além disso, as mulheres negras recebem os menores rendimentos quando comparado tanto às mulheres brancas como aos homens negros e brancos. Segundo os dados apresentados pelo DIEESE, o rendimento

### **(...) a análise sobre a situação das mulheres negras evidencia como as dimensões de gênero e de raça se interconectam, contribuindo para recrudescer a desigualdade**

médio nominal dos homens não negros, em 2009, era de R\$ 1.534 contra R\$1.001 das mulheres não negras, R\$ 839 dos homens negros e R\$ 558 das mulheres negras. O trabalho doméstico, caracterizado por uma atividade precária e de baixa valorização social, segue sendo um nicho marcado pelas desigualdades de gênero e de raça. Esta categoria, em 2009, era composta por aproximadamente 7,2 milhões de trabalhadores, sendo que 93% destes eram mulheres. Destaca-se ainda uma majoritária participação de mulheres pretas e pardas nesta categoria. O trabalho doméstico aparece como uma atividade de grande importância quanto à ocupação das mulheres negras. Entre essas, 21,8% estavam ocupadas em trabalho doméstico enquanto que 12,6% das mulheres brancas estavam neste tipo de ocupação.

A precariedade que envolve este tipo de trabalho é expressa por meio de sua alta taxa de informalização (72,8% não possuíam carteira de trabalho assinada), baixa qualificação (média de 6,1 anos de estudos) e baixos rendimentos (o rendimento médio era de R\$ 395,20, em 2009, abaixo do salário mínimo do país que, no mesmo ano, era de R\$ 465).

A composição familiar também permite atentarmos para possíveis situações de vulnerabilidade social. A família monoparental feminina com filhos pequenos é a realidade de 23,3% das mulheres de cor preta, 25,9% das de cor parda e 17,7% das de cor branca. Ademais, as mulheres negras apresentam uma maior taxa de fe-

cundidade: 2,2 contra 1,63 entre as mulheres brancas. Assim, ao considerarmos que as mulheres, e sobretudo as mulheres negras, auferem os menores rendimentos e estão inseridas nas atividades mais precarizadas do mercado de trabalho, pode-se apontar para uma tendência de serem estas famílias as que se encontram em uma situação de maior pobreza.

Neste sentido, salienta-se que a pobreza não se manifesta apenas pelo menor acesso à renda, mas por uma junção de fatores que levam a uma maior vulnerabilidade social, como é o caso de grande parcela da população brasileira feminina. Conforme Naila Kabber (1998), “pobreza” pode ser entendida como a privação dos fins e/ou necessidades básicas e a privação dos meios necessários para resolver essa necessidade. O enfrentamento à pobreza, segundo a autora, não envolve apenas a garantia de acesso ao mercado de trabalho, mas também a garantia de direitos. Do mesmo modo, envolve, entre outros, o acesso à água, ao solo, aos serviços de saúde, aos espaços sociais e culturais, como forma de garantia de uma vida digna.

O quadro apresentado até aqui permite compreender como a desigualdade social se estabelece no país, evidenciando ainda como algumas categorias são mais afetadas por ela, caso das mulheres, negras, rurais e pobres. Prevalece aqui a compreensão de que a discriminação e a desigualdade apenas serão combatidas no momento em que as relações de poder dos homens sobre as mulheres forem superadas.

## Bibliografia

ANDERSON, Jeanine. Formas de la pobreza y estrategias municipales. In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen (editoras). Género y pobreza: nuevas dimensiones. Ediciones de las mujeres, 26: 26-41, 1998.

DIEESE - Subseção CUT Nacional. Mercado de Trabalho e Desafio da Organização Sindical, 2011.

\_\_\_\_\_. Nota técnica 46 - Transformações no mercado de trabalho e desafios para a Previdência Social no Brasil, 2007.

DIEESE. Anuário das mulheres brasileiras. São Paulo, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. Comunicado nº 59 - Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados, 2010.

IPEA texto discussão 1648 - A Redução das disparidades Regionais e a Queda da Desigualdade Nacional de Renda (1981-2009) Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza e Rafael Guerreiro Osorio / Brasília, 2011.

KABEER, Naila. Tácticas y compromisos: nexos entre gênero e pobreza. In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen (eds). Género y pobreza: nuevas dimensiones. Ediciones de las mujeres, 26: 19-25, 1998.

PARDINA, Tereza López. Autonomía. In: AMORÓS, Celia (dir.). 10 palabras claves sobre mujer. Estella: Verbo Divino, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1429-1439, 2007.

TALHAITE, Fatiha. Genre, marche du travail et mondialisation. In: FALQUET, Jules et al (orgs.). *Le sexe de la mondialisation : genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Presses de Science Po, 2010, p.43-56.



# **A luta por creches e a autonomia das mulheres**

Léa Marques e Renata Moreno

## Creche: direito das mulheres

**A** garantia de creches públicas é uma reivindicação central para o movimento feminista, considerando que a socialização do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a autonomia econômica das mulheres. A perspectiva feminista sobre as creches afirma que este é um direito das mulheres, e que significa o reconhecimento de seu direito ao trabalho e à autonomia econômica. Com a falta de um local adequado para deixar os filhos, o direito das mulheres ao acesso e permanência em um trabalho remunerado é ameaçado, porque são elas que acabam saindo dos seus empregos para ficar em casa cuidando das crianças pequenas, que precisam pagar com seus baixos salários uma escola particular ou outra mulher para cuidar dos filhos, ou ainda, ficam dependendo de favores de parentes.

A garantia de equipamentos públicos como creches e restaurantes populares tem comprovado alterar positivamente a situação econômica das mulheres. Indicadores mostram que, mesmo entre as mulheres de famílias com renda per capita de até R\$ 120 o fato de seus filhos frequentarem creche ou educação infantil significa um aumento em sua taxa de participação no mercado de trabalho, maior presença no mercado formal, maior número de horas trabalhadas e melhor remuneração. Ou seja, as creches não aumentam apenas a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas melhoram a qualidade dessa inserção.

Os cuidados com as crianças devem ser compartilhados entre homens e mulheres, e também com a sociedade, a partir de políticas públicas que implementem serviços de cuidados gratuitos e de qualidade em horários integrais e contínuos.

A reivindicação por creches públicas, no campo e na cidade, portanto, não é restrita ao direito das crianças à educação: ela é determinante na construção de políticas públicas que contribuam para alterar o padrão do trabalho doméstico e de cuidados. É uma recusa ao atual modelo que reforça a responsabilidade individual das mulheres pelo cuidado com as crianças e é também indispensável para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Se não há

a existência da creche, quem cuidará da criança para que sua mãe possa trabalhar certamente será uma mulher, a avó, tia, irmã, uma conhecida ou a vizinha, e esta estará alijada do mercado de trabalho formal.

É importante definir o que estamos tratando por creches e escolas de educação infantil. Creches são instituições de ensino para crianças de zero a três anos. Atualmente, o Estado não é obrigado a garantir oferta de vagas em creches para todas as crianças nesta faixa etária, apenas para aquelas cuja família solicitarem. Já as escolas de educação infantil, ou pré escolas, são instituições de ensino para crianças de 4 a 5 anos. O Estado tem obrigatoriamente que ofertar vagas para o total da população nesta faixa etária.

Desde esta definição, percebemos o entendimento implícito por parte do Estado de que a creche é destinada prioritariamente para aquelas crianças cuja mãe e/ou pai não podem ficar com a criança e não têm possibilidade de arcar com os custos de berçários, escolas privadas ou babás. As creches, portanto, não são vistas como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento que substituem certas mães: aquelas que trabalham fora. Defendemos que as creches devem ser ofertadas a todas as crianças e famílias, não somente àquelas que não têm possibilidades de pagar por escolinhas ou babás, para rompermos com a lógica de que o principal e prioritário trabalho das mulheres deve ser com o cuidado das crianças e com a família.

A luta pela creche pública deve agregar quatro dimensões complementares: a garantia dos direitos da criança, a autonomia das mulheres, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino e a garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro de 2011, elegeu entre suas resoluções a ampliação das creches e pré-escolas no meio urbano e rural, com atendimento em tempo integral e durante fins de semana e férias escolares. Para isso, há a necessidade de articulação entre os

movimentos sociais, feministas e sindical. A atuação em cada um de nossos locais de moradia também é determinante, com as demandas encaminhadas desde

os municípios. As prefeituras também precisam ter suas propostas, colocar recursos próprios. Afinal, a garantia de creches é uma atribuição dos municípios.

## Trajetória da luta por creches no Brasil

A história da creche está intimamente ligada à modificações na posição das mulheres na sociedade e suas implicações no âmbito da família. A primeira fase se deu nos anos 1920, quando mulheres mais pobres da classe trabalhadora tiveram que assumir um emprego remunerado. Especialmente em São Paulo, foram implementadas algumas experiências de creches nas empresas privadas. Esta reivindicação resultou depois na regulamentação da primeira legislação trabalhista sobre o tema, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943.

Em 1953, a creche também foi uma das principais reivindicações da I Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras. As mudanças na CLT ocorridas em 1967 colocaram que o atendimento ao filho de até seis meses das mulheres trabalhadoras era responsabilidade da empresa, mas poderia ser feito por outras entidades através de convênios. Nessa época, o poder público não assumia qualquer responsabilidade na construção de creches e não cumpria também seu papel fiscalizador. Assim, essa legislação era pouco conhecida entre as trabalhadoras em geral, além de não ser respeitada pelo empresariado.

Na luta contra a ditadura militar nos anos 1970 emergiram diversos movimentos populares. A luta por creche nos centros urbanos intensificou-se, não mais apenas como uma reivindicação às empresas privadas, mas também enquanto um direito das trabalhadoras e um dever do Estado. Os grupos que reivindicavam creches se unificaram, com a organização na cidade de São Paulo do Movimento de Luta por Creches, em 1979, como resolução do 1º Congresso da Mulher Paulista. O manifesto do movimento afirmava a necessidade de o Estado e a sociedade atuarem na esfera da reprodução, assumindo o cuidado e a formação dos futuros trabalhadores. Este movimento conseguiu in-

tegrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associados ou não à Igreja Católica, partidos políticos legais ou clandestinos e grupos independentes. E mais: conseguiu integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creches isoladamente em seus bairros. Assim, o Movimento de Creches foi um importante ponto de articulação para o movimento feminista no Brasil.

No início da década de 80, com a volta das eleições, o Movimento de Luta por Creches cresceu, cobrando mais equipamentos e zelando por sua qualidade. O resultado foi um ligeiro aumento, nos grandes centros urbanos, do número de creches mantidas e geridas pelo poder público e um aumento de creches particulares conveniadas com o governo municipal, estadual ou federal. Contudo, ao contrário do que reivindicavam, as creches passaram a atender apenas a população mais empobrecida, constituindo uma rede educacional paralela e segregada.

A aliança em torno do Movimento de Luta por Creches foi decisiva para incluir na Constituição Federal de 1988 o direito à creche para as crianças de 0 a 6 anos de idade como extensão ao direito universal à educação. Com o passar dos anos, o Movimento deixou de existir enquanto força política, restando apenas ações isoladas nos bairros. Parte da queda do movimento pode ser explicada pelo surgimento de atores políticos que abarcavam também esta demanda, como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

Mas também a conjuntura política e social modificou-se. Na década de 1990, as reformas neoliberais afetaram as políticas sociais, o desemprego aumentou muito e caiu o nível de renda no trabalho. Nesse contexto foram feitos enxugamentos dos recursos públi-

cos disponíveis para as políticas sociais e passaram a ter destaque programas que destacam segmentos considerados mais vulneráveis da população, rejeitando-se políticas universalistas. Em 2001 discussão sobre creches e educação infantil foi retomada com a elaboração do Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE 2001). Pela primeira vez as creches deixaram de ter um caráter assistencialista e passaram a ser consideradas a primeira etapa da educação básica. O atendimento

em creches públicas passou de 5,5% em 2002 para 8,4% em 2008. Porém ainda é altamente insuficiente. A discussão do ensino infantil no Brasil ganhou maior projeção no fim de 2009, quando o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatório o ensino para crianças e jovens de 4 a 17 anos. Antes, a obrigatoriedade abrangia a faixa etária de 6 a 14 anos. Apesar das mudanças, a creche ficou de fora da exigência da lei.

## Realidade das creches públicas no Brasil hoje

**O** Brasil é um país ainda bastante desigual regionalmente e o déficit de creches é um fato em todas regiões. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios de 2009 (PNAD 2009), a taxa de matrícula bruta no ano de 2009 foi de apenas 16,91% da população de 0 a 3 anos, sendo que somente 11% do total de crianças de zero a três anos são atendidas por creches públicas. Na pré-escola, a situação é melhor: cerca de 80% dos brasileiros de 4 e 5 anos estão na escola, mas ainda há uma demanda grande a ser atendida.

A oferta de creche, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), segue sendo de responsabilidade dos municípios. Em 2010, o governo estabeleceu o novo custo mínimo para cada etapa da educação brasileira. Estados que não têm dinheiro suficiente para destinar esta quantia em sua parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – recursos arrecadados pelos Estados e municípios e distribuídos de acordo com a quantidade de alunos de cada rede – recebem complementação do orçamento da União. O valor mais baixo, para creche em tempo parcial, era de R\$ 1.377,64. As unidades inauguradas receberão, no entanto, R\$ 1.223,98 por estudante.

Em 2011, foi elaborado um novo PNE, composto por 20 metas, com estratégias para a efetivação de cada uma delas. Com relação a educação infantil e creches,

o PNE propõe em sua Meta 1: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até três anos.”

A garantia de creches públicas para todas as crianças deve ser um dever do Estado. Na campanha de 2010, a presidenta Dilma assumiu o compromisso de criar 6 mil creches. Em nível municipal, diversas candidaturas apresentaram os compromissos com esta questão, mas, concretamente, ainda estamos longe de ter este direito garantido.

Essa carência alimenta um quadro em que a participação das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma desigual, com empregos mais precários, salários menores e maior taxa de desocupação. Frequentemente, o cuidado das mulheres com os filhos é usado para justificar essa discriminação. As creches e escolas de educação infantil tem um papel fundamental para articular família e trabalho. Com esses equipamentos, mulheres conseguem se inserir no mercado de trabalho, aumentam sua renda ao poder trabalhar mais horas em empregos de mais qualidade.

Precisamos continuar alertas e organizadas com nosso compromisso de luta: com a socialização do trabalho doméstico e de cuidados, com as crianças, com a educação pública, e sobretudo, o compromisso de luta pela autonomia das mulheres!



# **O direito das mulheres à previdência e a construção da igualdade**

Patrícia Pelatieri e Bárbara Lopes

**A** previdência social é uma das áreas do sistema de seguridade social, ao lado da saúde e da assistência social. O objetivo desse sistema é proteger toda a população em caso de necessidade. A Constituição de 1988 estabelece como um dos princípios a universalidade da cobertura e do atendimento. Porém, a maneira como está estruturada a previdência, que baseia o benefício no tempo de contribuição, exclui do sistema um amplo leque de trabalhadores,

entre os quais as mulheres são mais afetadas. O sistema de previdência reproduz a desigualdade entre homens e mulheres observada no mercado de trabalho.

Assim, as mulheres são punidas tanto na vida laboral ativa como na chamada “inatividade”. A inserção da mulher no mercado de trabalho reduz sua capacidade contributiva e resulta em um empobrecimento feminino na velhice.

## A Previdência no Brasil

**C**om a Constituição Federal de 1988, “cria-se um sistema solidário e público de Previdência social. A política de Previdência pública é baseada na solidariedade entre gerações e em um sistema de repartição simples: as gerações que hoje trabalham contribuem para garantir a aposentadoria das gerações que não podem mais trabalhar e suas contribuições são partilhadas por tod@s. Esse é ainda um sistema contributivo, isto é, tem acesso quem contribui. Essa definição, na prática, manteve grande parte das pessoas que trabalham desprotegidas, pois não podem contribuir” (FREITAS et al, 2010). A Constituição prevê proteção nos casos de doença, invalidez, morte e idade avançada; maternidade; desemprego; e reclusão.

Houve um aumento significativo do total de mulheres contribuintes entre 1995 e 2009. Enquanto em 1995 somente 39,6% das mulheres contribuíam para a previdência, em 2009 esse percentual subiu para 52,7%, aproximando-se dos homens (54,2%). Há uma grande proporção de mulheres beneficiárias. Entre aposentados e pensionistas, as mulheres representam 58,32%, sendo que entre os pensionistas elas são absoluta maioria, respondendo por 86,74% do total. Porém, como têm menor poder de contribuição e dependem da sua idade ou da morte do cônjuge para obter o benefício, as mulheres recebem um benefício médio menor.

Enquanto os homens recebem em média R\$ 1.244,23 de aposentadoria, as mulheres recebem em média R\$ 893,46. No caso das pensões a média recebida pelas mulheres é de R\$ 869,16. O debate em torno do sis-

tema de proteção social e da previdência é bastante polêmico. Em 2007, durante o Fórum Nacional da Previdência, instituído de forma quadripartite pelo governo federal, foram apresentadas propostas de introdução da idade mínima, idade igual para homens e mulheres (hoje para as mulheres a idade é de 60 anos e homens 65 anos), suspensão da pensão para quem já recebe aposentadoria, desvinculação do piso previdenciário do piso assistencial (inclusive a aposentaria rural), entre outras.

Toda e qualquer discussão de reforma da previdência deve considerar que já houve diversas alterações nas regras definidas na Constituição de 1988. Todas elas no sentido de restringir o acesso ao sistema, com impacto especialmente prejudicial às mulheres. Em 1998, apesar da forte oposição dos trabalhadores, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Emenda Constitucional 20, promoveu as seguintes mudanças:

- Transformou tempo de trabalho em tempo de contribuição, o que significa que os 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens) de trabalho devem ter a comprovação de recolhimento para o INSS. Isto significou retardar a aposentadoria de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, embora conseguissem comprovar tempo de trabalho, não conseguiam comprovar tempo de contribuição, que em boa parte das vezes fica sob responsabilidade exclusiva da empresa.
- Na aposentadoria por idade 60 anos para mulheres e 65 para homens (no rural são 55 anos para mulheres e 60 para homens), passou a exigir a compro-

vação de 15 anos de contribuição, empurrando para fora mais alguns milhares de trabalhadores, que não conseguem comprovar a contribuição. Com a derrota sofrida na emenda constitucional sobre a introdução da idade mínima, o governo editou uma medida provisória que posteriormente virou lei instituindo o Fator Previdenciário, que, na prática, significa incluir uma idade mínima que se altera a cada ano. O Fator Previdenciário considera quatro variáveis básicas: alíquota de contribuição, a idade do/a segurado/a, o tempo durante o qual contribuiu para a previdência e a sua expectativa de vida. E é obrigatório para o cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição. O argumento para a instituição do Fator Previdenciário era premiar quem permanece mais tempo no mercado de trabalho, mas o resultado prático foi a punição dos trabalhadores que iniciam sua vida laboral mais cedo, na maioria das vezes por necessidade. Segundo esse argumento, uma mulher com a idade de 51 anos que contribuiu por 30 anos para a previdência, se se aposentasse recebendo os 100% a que tivesse direito,

impactaria demais nas contas da previdência, já que tem uma expectativa de vida de mais 30 anos, tempo em que estaria inativa. Essa mulher terá direito a apenas 62,27% do total de sua aposentadoria. De acordo com dados para 2011, uma trabalhadora precisa ter 30 anos de contribuição comprovados e 64 anos de idade para se aposentar com 100% do benefício a que tem direito, ou 35 anos de contribuição e 60 anos de idade. É importante salientar ainda que o teto de contribuição e, portanto, de benefício possível é relativamente baixo (R\$ 3.916,20). Em 2007, os trabalhadores chegaram a negociar uma proposta alternativa, que prevê o fim do Fator Previdenciário para quem atinja a chamada fórmula 85/95. Por essa nova regra, o trabalhador precisaria somar o tempo de contribuição e a sua idade e, se o resultado dessa soma fosse 95 (no caso de homens) e 85 (no caso de mulheres), a aposentadoria seria integral. Essa proposta reduz bastante o tempo necessário para se aposentar com 100% do benefício e, como consequência, aumenta o valor das novas aposentadorias.

## Trabalhadoras Domésticas

**A**s categorias em que as mulheres estão especialmente desprotegidas são aquelas que evidenciam com mais ênfase a divisão sexual do trabalho: é o caso das donas de casa, das trabalhadoras domésticas e das mulheres rurais. Como seu trabalho não é reconhecido, elas têm mais dificuldades para obter benefícios previdenciários.

No caso das donas de casa, mesmo algumas regras tendo sido flexibilizadas - em 2006, a contribuição mínima passou de 20% para 11% do salário mínimo -, o período de contribuição necessário para aposentadoria por idade, de 15 anos, afasta muitas mulheres do sistema. No caso de mulheres com renda familiar de

até três salários mínimos, cadastradas em programas de assistência, a contribuição caiu para 5% no ano passado. As regras mais favoráveis para o empregador doméstico - que recolhe 12% do salário ao INSS, contra 20% dos demais empregadores, além da ausência de diversas obrigações trabalhistas - também não são capazes de reverter o quadro de alta informalidade no setor, que é composto por 93% de mulheres, das quais 61% negras, segundo dados do PNAD. Menos de 30% das empregadas e empregados domésticos têm registro em carteira. Dessa forma, essas trabalhadoras estão à margem da previdência social, sem acesso a aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença, entre outros benefícios.

## Trabalhadoras Rurais

**A** Constituição de 1988 garantiu igualdade de direitos previdenciários para homens e mulheres trabalhadores rurais, incluindo trabalhadoras

temporárias e permanentes, agricultoras familiares com ou sem remuneração. No entanto, as regulamentações necessárias para a efetivação desses direitos

não foram conquistadas logo em seguida. Em 1990, o então presidente Fernando Collor barrou a licença-maternidade para as trabalhadoras rurais e somente ao longo da década os benefícios passaram a ser implementados.

A luta das mulheres do campo por seus direitos tem sido uma grande força mobilizadora, inclusive para o avanço da organização das trabalhadoras rurais em torno de uma agenda feminista. Uma expressão desta organização é a Marcha das Margaridas, que em sua

quarta edição, em 2011, reuniu mais de 70 mil mulheres. Essa luta passa pelo próprio reconhecimento das mulheres como agricultoras, já que grande parte das atividades realizadas pelas mulheres no campo são consideradas extensão do trabalho doméstico.

Elas se concentram no trabalho para o autoconsumo e com baixo grau de obtenção de renda. Assim, as mulheres rurais representam 64% do total das trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração (Butto, 2011).

## Desafios e Propostas Acumuladas

O direito à previdência social é uma bandeira do movimento de mulheres há muitos anos, em especial na agenda de luta das mulheres rurais. Nos últimos anos, frente aos debates de alteração do sistema de previdência, diversas organizações feministas se organizaram para aprofundar as reflexões e propostas das mulheres para a previdência social. A luta das mulheres é por um sistema de seguridade pública que seja universal, redistributivo e solidário. Ou seja, que leve em conta tanto a capacidade de contribuição como as reais necessidades de cada trabalhador e trabalhadora. Defendemos a previdência não como um seguro, mas como uma política social, que tem o poder de transformar a realidade. O argumento de que a previdência no Brasil é deficitária, usado para reduzir os direitos, é falacioso, pois o objetivo da previdência não é dar lucro, mas sim dar assistência e garantir os direitos dos e das trabalhadoras. A renda de aposentados/as e pensionistas é um dos fatores de movimentação da economia e de garantia

de sobrevivência para muitas famílias, além de ser um mecanismo de distribuição de renda. Para que a previdência seja universalizada, é preciso incorporar uma grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que estão no setor informal. Para uma previdência que inclua as mulheres, é necessário o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados realizado majoritariamente pelas mulheres, de maneira gratuita, como trabalho fundamental para a economia e para a sustentabilidade da vida humana.

O fim do fator previdenciário é um elemento fundamental para uma previdência social que combata as desigualdades, porque sua existência tem significado prejuízo para as mulheres que se aposentam mais cedo. Ao mesmo tempo, a manutenção dos cinco anos de diferença para a aposentadoria de homens e mulheres é fundamental no sentido de que se combata as desigualdades de gênero estruturadas pela divisão sexual do trabalho.

## Bibliografia

BUTTO, Andrea (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

CUT Nacional – Cartilha Saiba tudo sobre a aposentadoria, 2009.

DIEESE – Subseção CUT Nacional. Nota técnica Fator Previdenciário, 2007.

DIEESE – Subseção CUT Nacional. Fator Previdenciário – diversas simulações para negociação, 2011.

DIEESE – Subseção CUT Nacional. Inclusão previdenciária - um painel dos não contribuintes para a previdência social brasileira, 2007.

FAGNANI, Eduardo. Previdência social e desenvolvimento econômico - IE/UNICAMP, n. 140, fev. 2008.

FREITAS, Isabel et al (org.). Seguridade social, uma sociedade para tod@s. In: A Seguridade Social é um direito das mulheres. Vamos à luta!. Brasília, 2010.

**A**utonomia e igualdade são princípios centrais de um feminismo que propõe uma transformação estrutural na sociedade, que alcance a vida de todas as mulheres. Com esta publicação, a SOF busca contribuir com a luta feminista de todas as mulheres que estão em marcha até que todas sejamos livres e iguais.

